



Boletim Eletrônico Nº. 104 – 26 de Agosto de 2011

Este boletim contém as seguintes matérias:

- AASPTJ-SP de site novo
- PL 49/09: Ajude a pressionar os deputados pela aprovação
- Resolução incentiva protagonismo infanto-juvenil
- Biblioteca: Nova doação
- Fórum de debates: A atuação dos psicólogos nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

AASPTJ-SP de site novo



Já está no ar o novo site da AASPTJ-SP! Com novo layout e novas ferramentas, o portal irá agilizar a comunicação entre a Associação e os associados.

Esta semana encaminhamos um e-mail com uma senha de acesso às áreas restritas do site. Se você não recebeu esta mensagem, encaminhe um e-mail para

imprensa@asptj.org.br

Uma das novidades, que será restrita aos associados, é o Fórum de Debates, que trará temas de interesse do Serviço Social e da Psicologia.

A seção Biblioteca ainda não está em pleno funcionamento. Estamos cadastrando todo o nosso catálogo no site. Assim que estiver pronto, avisaremos.

Confira!

PL 49/09: Ajude a pressionar os deputados pela aprovação

Conforme já divulgado, o Projeto de Lei 49/2009, que cria cargos de assistente social e psicólogo para as comarcas do interior, foi aprovado pela Comissão de Finanças e Orçamentos da Assembleia Legislativa. O próximo passo agora é o PL entrar na Ordem do Dia para ser votado pelo Plenário. Para que isso aconteça é preciso que haja um consenso no Colégio de Líderes e que o Projeto seja apresentado por um deputado.

Por isso, precisamos de uma grande mobilização para que o trâmite desse processo seja célere. Encaminhe e-mails para as lideranças dos partidos solicitando que o PL seja colocado em votação: samuelmoreira@al.sp.gov.br; omorando@al.sp.gov.br; eniotatto@al.sp.gov.br; cmachado@al.sp.gov.br; egalvao@al.sp.gov.br; scuriati@al.sp.gov.br; andredoprado@al.sp.gov.br ; edthomas@al.sp.gov.br; alexmanente@al.sp.gov.br; jcaruso@al.sp.gov.br; rnogueira@al.sp.gov.br; chicosardelli@al.sp.gov.br; marcosneves@al.sp.gov.br; carlosgiannazi@uol.com.br; gilmacisantos@al.sp.gov.br; joaopaulorillo@al.sp.gov.br; pabigardi@al.sp.gov.br

Só a nossa mobilização consegue avanços! Faça a sua parte!

Resolução incentiva protagonismo infanto-juvenil

A participação infantojuvenil na defesa pelos seus direitos ganhou mais força. No começo de agosto, foi publicada a Resolução nº 149 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Segundo o documento, mais crianças e adolescentes devem participar das comissões de organização de todas as etapas (municipais/ distrital e estaduais) da IX Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, que acontecerá em julho de 2012.

De acordo com a resolução, os Conselhos dos Direitos serão os responsáveis por garantir essa participação. E uma regra deve ser respeitada: a proporção de uma criança ou adolescente para cada dupla de adultos. “Essa proporção foi decidida para manter a mesma proporção da comissão de organização da VIII Conferência Nacional, que contou com cinco adolescentes, um representando cada região do país, e dez adultos”, afirma Alexandre Cruz, conselheiro do Conanda.

“O Conselho entende que já não é mais possível fazer políticas de promoção dos direitos de crianças e adolescentes sem a participação

deles”, acrescenta Alexandre, conselheiro do Conanda. Isso ganhou maiores dimensões com a elaboração e a aprovação, em abril, do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. O documento tem uma seção específica sobre o tema e traz decisões que incentivam a “participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes”.

Mobilização

A garantia da participação de crianças e adolescentes fica por conta dos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos, que devem incluí-los nas etapas anteriores à Conferência Nacional. Segundo Alexandre, “o Conanda vai mobilizar, conscientizar e orientar os Conselhos Estaduais que, por sua vez, devem passar as informações para os municípios. Contamos com o empenho de todos os conselheiros para que incentivem os adolescentes a participar dos eventos”.

Para Miriam Abramovay, coordenadora da Área de Juventude e Políticas Públicas da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), “a resolução é fenomenal. Mas o incentivo não deve partir somente dos conselhos dos direitos. O tema deve ser abordado em escolas, ONGs e até em instituições de cumprimento de medidas socioeducativas. Quanto mais o assunto for divulgado, mais crianças e adolescentes vão querer se informar e participar”.

Protagonismo

Há quem diga que crianças e adolescentes são desmotivados e que não se interessam pela garantia de seus direitos. “Nós temos idéias adultocratas. Exigimos deles que atuem por um modelo de participação de 30, 40 anos atrás. Mas precisamos entender que, mesmo não indo às ruas, eles participam. Acabei de voltar de uma conferência que contou com a presença de mais de 600 jovens. Isso mostra que eles estão preocupados com a realidade em que vivem, com o futuro. E com adolescentes isso não é diferente”, conta Miriam.

Um exemplo de protagonismo juvenil é a atuação de Márcia Almeida Lima da Silva. Hoje com 16 anos, a adolescente já participou de duas Conferências Municipais realizadas pelo CMDCA de São Paulo, onde mora. “Quando cheguei ao abrigo, precisavam de um adolescente que conhecesse o ECA para participar de uma reunião representando o abrigo. Como eu já tinha aprendido sobre o Estatuto na escola, fui selecionada. Nesse evento houve uma eleição e eu fui escolhida como delegada para a primeira Conferência do CMDCA que participei”, conta, animada.

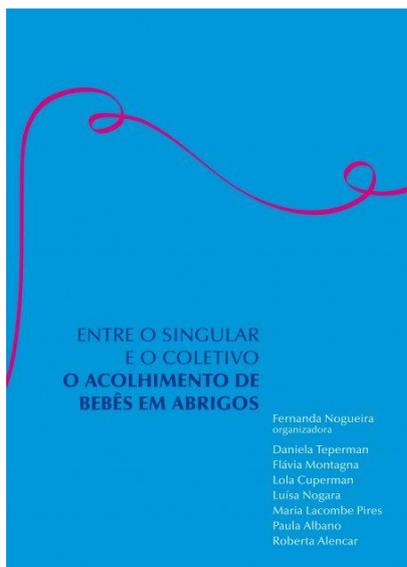
Para a jovem, debater os direitos que não são colocados em prática e tentar fazê-los funcionar é muito prazeroso. “Se o ECA existe para nos ajudar, temos que fazer de tudo para que as suas diretrizes sejam respeitadas e colocadas em prática. Além disso, gosto de falar sobre isso para amigos do abrigo e da escola. Quando a gente sabe dos nossos direitos, a gente pode lutar para garanti-los”.

Sobre o futuro, Márcia já tem a resposta na ponta da língua: “Vou continuar

participando das conferências e estudando. Quero me formar em direito e ser juíza da Vara da Infância e da Juventude. Assim vou poder ajudar crianças e adolescentes que tiveram direitos violados”.

Informações do Portal Promenino

Biblioteca: Nova doação



Entre o singular e o coletivo – O acolhimento de bebês em abrigos

Fernanda Nogueira – organizadora

Instituto Fazendo História

Bebês: encanto, ternura, admiração, tolerância, esperança, alegria, renovação, fragilidade, acolhimento... Essas são associações imediatas que nos vêm à mente, e expectativas, dúvidas, ansiedades, medos, insegurança provavelmente se seguirão a essas representações. Bebês em abrigos? Indignação, horror, angústia...

Enfrentar os desafios que bebês separados de suas famílias provocam foi a tarefa a que as autoras deste precioso trabalho se propuseram, oferecendo

suportes para os encontros humanos, sempre misteriosos, que certamente são inaugurados e reinventados com a chegada de um bebê.

Eventos

Fórum de debates: A atuação dos psicólogos nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

Data: 2 de setembro (sexta-feira)

Horário: das 14 às 17 horas

Local: Auditório da Sede do CRP-SP - Rua Arruda Alvim nº 89, Jardim América, São Paulo - SP

Informações: www.crsp.org.br/acolher

PROGRAMAÇÃO

Tema: *A Supervisão Institucional nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes: política de capacitação e gestão do trabalho no âmbito do SUAS*

Convidadas:

Sr.^a Maria de Lourdes Trassi Teixeira - Psicóloga, Professora Doutora em Serviço Social, Pesquisadora e Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei da Universidade Bandeirante de São Paulo (2007-2010). Professora Titular e Supervisora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sr.^a Rita de Cássia Oliveira Assunção - Psicóloga Clínica, atuando na Secretaria Municipal de Cidadania Assistência e Inclusão Social do município de Campinas, Especialista em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente LACRI/USP, Psicologia Institucional PUC Campinas, Psicologia Social pelo CFP e Psicologia e Psiquiatria Forense - UNICAMP.

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Maria Helena Corrêa, – 1ª Secretária – Eunice Teresinha Fávero, 2º Secretário – Paulo Eduardo Bezerra, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2ª Tesoureira – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi
Suplentes: Catarina Volic e Magda Melão

Conselho Editorial: Eunice Teresinha Fávero, Mônica Giacomini, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo boletim e da Diretoria da AASPTJ-SP.